

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE AS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS E O PAPEL DA AÇÃO SOCIAL NESTE CONTEXTO

SOCIAL ENTREPRENEURSHIP AND THE THIRD SECTOR ORGANIZATIONS: A THEORETICAL ESSAY ON THE SIMILARITIES AND DIFFERENCES AND THE ROLE OF SOCIAL ACTION IN THIS CONTEXT

Kaio Feroldi Motta*
Nayara Emi Shimada**

RESUMO

O presente ensaio teórico se propõe a compreender as distinções e os limites entre empreendedorismo social e as organizações do terceiro setor e transmitir ao leitor o entendimento no tocante à ação social de ambos os campos. A perspectiva de diferentes autores no campo de estudos foi abordada e, em seguida, o crescimento no número de publicações na área também foi apontado, bem como uma conceitualização sobre o terceiro setor e as divergências e convergências deste com o empreendedorismo social e também a ação social nos dois campos estudados foram realizadas. Ao final do estudo, foi possível constatar um amadurecimento e importância do aspecto social no campo do empreendedorismo.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Organizações do terceiro setor. Ação social.

ABSTRACT

The present theoretical essay aims to understand the distinctions and boundaries between social entrepreneurship and third sector organizations and to give readers an understanding regarding the social action of both fields. The perspective of different authors in the field of studies was approached and then, the growth in the number of publications in the area was also mentioned, as well as a conceptualization on the third sector and the differences and similarities of this with social entrepreneurship and social action also studied in the two fields were performed. At the end of the study, there has been a maturing and importance of the social aspect in the field of entrepreneurship.

Keywords: Social entrepreneurship. Third sector organizations. Social action.

Introdução

O termo empreendedor tem origem na palavra francesa *entrepreneur*, que data do século XVI, sendo que a ligação do termo ao risco desenvolveu-se a partir do século XVII. Desde então o assunto é passível de evoluções conceituais (ZEN; FRACASSO,

* Universidade Estadual de Maringá (UEM). kaioferoldimotta@hotmail.com

** Universidade Estadual de Maringá (UEM). nayarash@gmail.com

2008). No tocante ao empreendedorismo social, a literatura tem se desenvolvido de forma significativa a partir do início dos anos 1980 (MORT; CARNEGIE; WEERAWARDENA, 2003), tendo a ação do empreendedor social recebido grande destaque nos últimos anos devido ao crescimento das organizações do terceiro setor – dentre elas, as Organizações Não-Governamentais (ZEN; FRACASSO, 2008) – e o interesse nesta nova forma de organização se mostra cada vez maior (SANTOS; GALLELI, 2013).

Mort, Carnegie e Weerawardena (2003) tratam o termo *empreendedor* como dinâmico e multifacetado, estando a ação empreendedora vinculada estreitamente aos aspectos social e tecnológico formadores do ambiente no qual o empreendedor encontra-se inserido. Zen e Fracasso (2008) corroboram os dizeres ao sugerirem o empreendedor social como nascente da era da tecnologia da informação, onde, com o aumento da exclusão social e tecnológica de grande parte da população, surge este tipo de empreendedor – o *social* – preocupado com as demandas sociais não satisfeitas pelo poder público e/ou empresas capitalistas.

As autoras supracitadas apontam que as iniciativas sociais baseiam-se na associação de pessoas ou na ação de um indivíduo com capacidade de mobilizar recursos em prol do social. Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) complementam pontuando que o empreendedorismo social impacta cada vez mais a sociedade com o emprego de abordagens inovadoras na resolução de problemas sociais, sendo característica uníssona do empreendedor social seu interesse pela justiça social (MORT; CARNEGIE; WEERAWARDENA, 2003). Para Melo Neto e Fróes (2002) citado por Santos e Galleli (2013), o empreendedorismo social produz bens e serviços para a comunidade a fim de solucionar suas carências e demandas sociais, fazendo uso de parcerias com a comunidade, o governo e o setor privado.

Entretanto, ainda que a prática empreendedora social seja ascendente e as organizações do terceiro setor venham se destacando, Trivedi e Stokols (2011) defendem que ainda não há entendimento suficiente a respeito do que seria empreendedorismo social e suas diferenças em relação às organizações do terceiro setor. Shaw e Carter (2007) afirmam que muito do que se sabe sobre empreendedorismo pode não ser apropriado para a compreensão do empreendedorismo enquanto social, sendo uma razão para tanto o fato de poucos estudos terem explorado o tema sob uma perspectiva não lucrativa. Nicholls (2010) fortalece o que foi dito ao expor que o

empreendedorismo social é um campo que ainda carece de consenso paradigmático e uma epistemologia clara.

Sendo assim, este artigo objetiva abordar o empreendedorismo social e as organizações do terceiro setor (ONGs, entidades filantrópicas, organizações sem fins lucrativos etc.), a fim de compreender as distinções e os limites entre estes dois campos e transmitir ao leitor o entendimento no tocante à ação social do empreendedor social e a ação social das organizações do terceiro Setor.

1 Metodologia

Este ensaio teórico configura-se, segundo Marconi e Lakatos (1991), como descritivo, por descrever as características dos fenômenos estudados, estabelecendo relações entre diferentes conceitos abordados. Além disso, é também bibliográfico por abranger toda biografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, utilizando este conhecimento disponível para tentar explicar o problema e atingir o objetivo (MARCONI; LAKATOS, 1991; KÖCHE, 1997). Para Severino (2007), um ensaio teórico consiste em um estudo bem desenvolvido de forma lógica e reflexiva, discursivo, concludente e formal, além de apresentar um alto nível de argumentação e coerência na mesma, não dispensando assim o rigor lógico.

Para cumprir o objetivo proposto, o artigo foi fundamentado em pesquisa bibliográfica de artigos publicados em *journals* (*Journal of World Business, Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing, Journal of Small Business and Enterprises Development, International Entrepreneurship and Management Journal, Social Entrepreneurship Journal, The Journal of Entrepreneurship, Entrepreneurship Theory and Practice, Academy of Management Perspectives e Organization Science*), além de artigos publicados em meio nacional de relevância para o assunto abordado (Revista Bahia Análise & Dados, Revista de Administração Pública, Revista da FAE, Revista Cadernos de Campo da USP, Revista de Administração, Revista de Administração Pública e Gestão Pessoal (APGS), Revista de Gestão da USP, Revista de Administração de Mackenzie) e trabalhos de eventos.

2 Empreendedorismo Social: antecedentes e definições

De acordo com Sassmannshausen e Volkmann (2013), não se sabe ao certo quando o termo “*empreendedorismo social*” foi utilizado pela primeira vez, desconfiando-se que foi William N. Parker a utilizá-lo pela primeira vez em uma

publicação acadêmica, em um artigo publicado pelo *The Journal of Economic History* em 1954. Tal publicação abordava sobre uma forma distinta de empreendedorismo encontrado na Alemanha. Naquele contexto, o empreendedorismo social contribuía para a mobilidade social dos indivíduos, no qual permitia que eles alcançassem maiores posições de liderança, demonstrando o seu comportamento empreendedor. Sassmannshausen e Volkmann (2013) afirmam que mesmo com os grandes avanços nas definições de empreendedorismo social, a contribuição de Parker pode ser visto como um ponto de partida na pesquisa sobre empreendedorismo social.

Sassmannshausen e Volkmann (2013) apontam que até março de 2012, de acordo com o *Google Scholar*, a casa de 12.300 publicações com esse termo foi atingida. Entretanto, as publicações identificadas *Google Scholar* continham o termo exato ‘empreendedorismo social’ em qualquer lugar do texto, seja no título, nota de rodapé ou nas referências e, portanto, fica difícil descobrir se tais publicações abordam com certa profundidade o empreendedorismo social ou se o termo é apenas mencionado (SASSMANNSHAUSEN; VOLKMANN, 2013). Contudo, ainda que exista essa limitação, tal crescimento, Sassmannshausen e Volkmann (2013) pontuam que isso pode significar o estabelecimento do ‘empreendedorismo social’ como um campo distinto de pesquisa dentro do empreendedorismo.

Os autores supracitados arriscam dizer que, devido ao crescimento nas publicações e outras evidências descobertas pela pesquisa bibliométrica, o campo de empreendedorismo social atingiu ou alcançou uma maturidade conceitual. Wallace (1999), Dart (2004), Harding e Cowling (2004), Hines (2005), Mair e Noboa (2006) e Curto, Moss e Lumpkin (2009 apud KISTRUCK; BEAMISH, 2010) corroboram com os dizeres do parágrafo anterior ao proporem que o empreendedorismo social é um fenômeno que já existe há muitos séculos, sendo que a pesquisa acadêmica sobre as complexidades de empreendedorismo social, no entanto, apenas ganhou impulso durante a última década. Todavia, discordam da ideia de que se atingiu a maturidade conceitual na área, ao pontuarem que o empreendedorismo social, como um campo de estudo acadêmico, necessita de grandes avanços teóricos.

Sobre o assunto em pauta (antecedentes teóricos e definições do termo ‘empreendedorismo social’), Shaw e Carter (2007) argumentam que o empreendedorismo social surgiu como um novo rótulo para descrever o trabalho de comunidade, organizações voluntárias e públicas, bem como as empresas privadas que possuem objetivos mais voltados ao social do que aos lucros financeiros. Bose e Godói-

de-Souza (2012) concordam ao proporem que o empreendedorismo social advem como uma proposta para enfrentar a pobreza face ao processo de exclusão social vivenciado com a globalização e agravado com as crises econômicas globais.

Na perspectiva de autores, Shaw e Carter (2007), apesar dessas novas denominações, o empreendedorismo social teve o seu surgimento nos séculos XVIII e XIX, quando os empresários filantrópicos e industriais (como, por exemplo, Robert Owen, considerado um dos fundadores do cooperativismo), começaram a demonstrar preocupação com o bem-estar dos funcionários, melhorando suas condições de trabalho, educação e vida cultural. Por causa dessa relação, o empreendedorismo social tem sido associado a, por exemplo, o desenvolvimento da comunidade empresarial, educação, igrejas, instituições de caridade, o setor sem fins lucrativos e as organizações não governamentais (SHAW; CARTER, 2007).

Di Domenico, Haugh e Tracey (2010) acreditam que o surgimento do empreendedorismo social se deve à mudança de percepção sobre a função dos mercados e a falta de capacidade ou negligência por parte dos governos dos países em atender as necessidades das classes sociais menos favorecidas. Logo, em razão da existência dessa lacuna, começaram a surgir pessoas ou grupos com objetivos de cunho social interessadas na criação de ações voltadas para a diminuição das assimetrias sociais, afirma Parente et al (2011). Segundo Tan, Williams e Tan (2005) o empreendedorismo social destina-se a beneficiar um segmento carente da sociedade, não buscando maximizar lucros individuais e, ainda, o termo parece carregar certo altruísmo do capitalismo, no qual não avalia as atividades humanas apenas com base nos negócios.

Assim, o fenômeno do empreendedorismo social surge em meio à falha das instituições governamentais e aos desafios sociais, econômicos e ambientais que assombram as sociedades contemporâneas (PARENTE et al, 2011). Essa crescente ‘popularização’ do termo tem sido acompanhada por um campo de análise que agrega e combina um leque diversificado de ideias que visam descrever e definir o empreendedorismo social, sendo esta combinação/influência de outros campos o motivo principal da aparente falta de clareza do conceito, afirma (NICHOLLS, 2006). Nota-se uma infinidade de definições na tentativa de delimitar o conceito de empreendedorismo social. No entanto, tal tarefa tem sido complicada, pois o mesmo conceito pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes, abrindo caminho para mais confusões conceituais, afirma Dees (2001).

O autor também alega que muitas pessoas associam o termo à organizações não lucrativas que dão início a atividades lucrativas; outras o utilizam para descrever qualquer pessoa inserida em uma organização sem fins lucrativos, e há ainda aquelas que usam para referir-se aos empresários do setor empresarial que implantam a responsabilidade social nas suas atividades. Além disso, afirmam Mair e Marti (2004), que a junção dos termos ‘empreendedorismo’ e ‘social’ levam a significados diferentes. Aliás, não existe no campo uma tentativa de sistematizar ou criar uma teoria que englobe as diversas definições, porém, o grande número de definições não impede a busca de uma conceituação menos limitada do termo a ser estudada (MAIR; MARTI, 2006). A tabela 1 abaixo foi realizada pelos autores Dacin, Dacin e Matear (2010) e adaptada pelos autores desse artigo com outras definições, encontradas na literatura internacional e em publicações nacionais.

Tabela 1 – Definições do termo Empreendedorismo Social

	Autores	Definição
1.	Alvord, Brown e Letts (2004)	Cria soluções inovadoras para problemas sociais imediatos e mobiliza as ideias, capacidades, recursos e arranjos sociais necessários em prol de transformações sociais sustentáveis (p. 262).
2.	Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006)	Empreendedorismo social como inovador, atividades criando valor social que podem ocorrer dentro ou entre setores governamentais, empresa ou organizações sem fins lucrativos (p. 2).
3.	Hibbert, Hogg e Quinn (2005)	Empreendedorismo social pode ser definido como o uso do comportamento empreendedor para fins sociais ao invés de objetivar o lucro, ou alternativamente, que os lucros gerados são usados para o benefício de um grupo desfavorecido específico (p. 159).
4.	Lasprogata e Cotten (2003)	Empreendedorismo social quer dizer organizações sem fins lucrativos que aplicam estratégias empreendedoras para se sustentar financeiramente, tendo um impacto maior sobre sua missão social (ou seja, o "resultado final duplo") (p. 69).
5.	Martin e Osberg (2007)	Nós definimos o empreendedorismo social como tendo os três seguintes componentes: (1) identificação de um equilíbrio estável, mas inerentemente injusto que provoca a exclusão, marginalização ou sofrimento de um segmento da humanidade que não tem os meios financeiros ou influência política para alcançar qualquer benefício de transformação sobre si próprio, (2) a identificação de uma oportunidade neste equilíbrio injusto, desenvolvendo uma proposta de valor social e trazendo à tona a inspiração, a criatividade, a ação direta, a coragem e a firmeza, desafiando assim a hegemonia do estado estável, e (3) forjar um novo equilíbrio estável, que libera os aprisionados em potencial ou alivia o sofrimento do grupo alvo, e através da imitação e da criação de um ecossistema estável em torno do novo equilíbrio de garante um futuro melhor para o grupo alvo e até mesmo para a sociedade em geral. (p. 35)
6.	Seelos e Mair (2005)	Empreendedorismo social combina a desenvoltura do empreendedorismo tradicional, com a missão de mudar a sociedade (p. 241).
7.	Dacin, Dacin e Tracey (2011)	A principal missão do empreendedorismo social é criar valor social, oferecendo soluções para problemas sociais
8.	Godói-de-Souza (2010)	O empreendedorismo social pode se caracterizar pela intervenção social através da criação de formas alternativas de produção econômica associada à participação social e democrática.
9.	ASHOKA (2013)	É a combinação de pragmatismo, compromisso com resultados e visão de futuro para realizar transformações sociais, apontando tendências e buscando soluções sociais e ambientais, acelerando o processo de mudança e inspirando outros a se engajarem em torno de uma causa comum.
10.	Johnson (2000) e Nicholls (2006) <i>apud</i> Thompson (2008)	Empreendedorismo social pode ser considerado como uma atividade empreendedora com uma orientação e intenção sociais. Pode também ser entendido como uma atividade que aborda uma série de questões sociais de forma inovadora e criativa.
11.	Dees (2001)	Empreendedorismo social identifica oportunidades para gerar mudanças sociais, com visão estratégica, ações inovadoras, efetividade de resultados e transparência de gestão.
12.	Smith e Woodworth (2012)	Empreendedorismo social é um processo de criação de valor através da combinação de recursos destinados principalmente a explorar as oportunidades para criar valor social, estimulando a mudança social ou a satisfação das necessidades sociais.

Fonte: Adaptado de Dacin, Dacin e Matear (2010, p. 39)

Martin e Osberg (2007) complementam afirmando que o resultado dessa abrangência conceitual é que o empreendedorismo social tem se tornado uma ‘imensa tenda’ no qual todos os tipos de atividades consideradas socialmente benéficas são relacionados com o termo. Dacin, Dacin e Matear (2010) também alegam que essa confusão conceitual é considerada uma barreira para o diálogo interdisciplinar e para avanços para a teoria no campo. Dees (2001) desde o início reconheceu esse dilema e recomendou que o desafio era evitar definir o empreendedorismo social de forma muito ampla ou abrangente, de modo a torná-lo vazio de significado. No entanto, Dacin, Dacin e Matear (2010) concluem que a literatura do campo ainda não atingiu tal equilíbrio.

Um ponto que Mair e Marti (2006) destacam é que é preciso notar as diferenças conceituais entre as definições. Os autores argumentam que definições sobre *empreendedorismo social* geralmente se referem a um processo ou comportamento; já definições que abordam o *empreendedor social* concentram-se no líder ou no fundador do empreendimento. Por fim, definições sobre *empresas sociais* normalmente se referem ao resultado tangível do empreendedorismo social. Portanto, analisando tais definições, percebe-se que o imperativo de fornecer valor social ou conduzir uma mudança social parece ser um tema comum entre todas as definições de empreendedorismo social, dando a entender que esse é o caráter diferencial do empreendedorismo social: a criação de valor social (MAIR; MARTI, 2006).

Para Martin e Osberg (2007), a diferença fundamental entre os campos empreendedorismo e empreendedorismo social está na questão do valor. O empreendedor, argumentam os autores, atende os mercados que estão dispostos a pagar por um novo produto ou serviço, ou seja, é projetado para criar lucro financeiro, sendo esta condição *sine qua non*, afirmam Martin e Osberg (2007), não possuindo o empreendedor social tal anseio. Todavia, Dacin, Dacin e Tracey (2011) declaram que possuir uma missão voltada para a criação de valor social não significa negar qualquer desinteresse para o valor econômico, sendo o lucro financeiro um ator coadjuvante, pois passa ter um papel fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos sociais e na própria criação de valor social.

Trivedi e Stokols (2011) afirmam que os empreendedores sociais normalmente tentarão encontrar equilíbrio entre criação de valor social e econômico por meio de uma perspectiva visionária e inovadora, no sentido de resolver um problema social. Tais empreendedores objetivam a criação de valor em grande escala, seja para um segmento específico ou para a sociedade (MARTIN; OSBERG, 2007). O segmento alvo dos

empreendedores sociais são os desfavorecidos e os que não possuem meios financeiros ou influência política para alcançar um benefício por conta própria, o que não quer dizer que empreendedores sociais evitam lucro financeiro, conforme fora mencionado por Dacin, Dacin e Tracey (2011); o que distingue o empreendedorismo social é a primazia do benefício social (MARTIN; OSBERG, 2007).

Trivedi e Stokols (2011), por sua vez, alegam que a distinção principal entre empreendedorismo social e o empreendedorismo empresarial é a existência do problema social, ou seja, enquanto o cerne do empreendimento empresarial é a oportunidade econômica, para os empreendedores sociais o foco está nos problemas socioambientais, isto é, as falhas de mercado ou vazios institucionais. Assim, o que é visto como um obstáculo de crescimento para os empreendedores empresariais, para os empreendedores sociais é a grande oportunidade de mudança (TRIVEDI; STOKOLS, 2011).

Para Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) outra diferença entre empreendedorismo comercial e social é em relação à mobilização de recursos, principalmente financeiros. Capitalistas de risco e até mesmo os chamados *business angel* (investidores anjos) fornecem capital com a perspectiva de um dia receber ainda mais capital em troca. Em contrapartida, desde o início, os empreendedores sociais, sem garantia de retornos potenciais, enfrentam uma maior dificuldade na mobilização destes recursos. No entanto, atualmente os empreendedores sociais podem contar com a ajuda de empresas de capital de risco filantrópicas, como é o caso da Ashoka, afirmam Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006).

Oliveira (2004), a fim de esclarecer as diferenças entre empreendedorismo social e empreendedorismo comercial/empresarial, acrescenta mais um conceito que é comumente confundido com empreendedorismo social: ‘responsabilidade social empresarial’. Para o autor, esta se refere a um conjunto organizado e planejado de ações internas e externas, mais voltadas à missão e atividade da empresa do que às necessidades da comunidade. Entretanto, Trivedi e Stokols (2011) afirmam a existência de empresas que tentam englobar em suas atividades o conceito de empreendedorismo social com um discurso responsável, fazendo surgir denominações como ‘empresas socialmente responsáveis’, definidas como empreendimentos com fins lucrativos, mas que visam um mundo mais justo e responsável.

No entanto, para Doane (2005 apud TRIVEDI; STOKOLS, 2011) tal atitude não passa de uma ferramenta para colher benefícios financeiros e sustentar um jogo de

relações públicas com o governo e principalmente com o público alvo da empresa, no intuito de transmitir uma falsa imagem e sensação de segurança. Oliveira (2004), visando delimitar cada atividade, apresenta um quadro com as principais características do empreendedorismo privado, responsabilidade social empresarial e o empreendedorismo social:

Quadro 1 – Características do empreendedorismo social, responsabilidade social empresarial e empreendedorismo privado

EMPREENDEDORISMO PRIVADO	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
É individual.	Individual com possíveis parcerias.	É coletivo e integrado.
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens e serviços para si e para a comunidade.	Produz bens e serviços para a comunidade, local e global.
Tem o foco no mercado.	Tem o foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão.	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo <i>stakeholders</i> .	Sua medida de desempenho são o impacto e a transformação social.
Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio.	Visa a agregar valor estratégico ao negócio e a atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores.	Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las e gerar capital social, inclusão e emancipação social.

Fonte: Oliveira (2004, p. 13)

3 Organizações do Terceiro Setor

3.1 Conceitualização

As mais diversas nomenclaturas tem sido adotadas para referir-se às organizações que nascem em meio à sociedade civil. A título de exemplificação, tem-se organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, organização público não-estatal, setor filantrópico, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e organização do Terceiro Setor (MACHADO; FRANCISCONI; CHAERKI, 2007; OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2003; COELHO, 2002). Tais denominações denotam parcerias firmadas entre empresas privadas sem fins lucrativos e o poder público a fim de prestar serviços sociais livres à ação privada, sendo o termo mais usado no Brasil o de “Organizações do Terceiro Setor”, onde, sob tal nomenclatura, a literatura agrupa todas as organizações que apresentam iniciativas particulares que visem a produção de bens e serviços públicos (COELHO, 2002).

Outras conceitualizações a respeito de Organizações do Terceiro Setor também são trazidas na literatura:

- Organizações privadas sem fins lucrativos com interesse social, com a finalidade de ajudar o cidadão (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2003);
- Um termo guarda-chuva (Organizações do Terceiro Setor) que inclui diversos tipos de organizações e diferentes marcos teóricos (ALVES, 2002);
- Organizações diversificadas que se caracterizam pelo valor não econômico, fundadas pela iniciativa privada (sociedade civil) com interesses públicos e sociais, com contornos participativos, cooperativos e solidários, e apoiadas no trabalho contratado (SOARES, 2008);
- Organizações preocupadas e movidas pela ação social e baseadas em valores (SOARES; MELO, 2009);
- Fundações e associações civis, que não têm por finalidade a obtenção de lucros, sendo constituídas como entidades de direito privado e de interesse público (GIMENES; MAZZEI, 2008);
- O termo é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica particularmente impregnada pela ideia de filantropia, identificando o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (FRANÇA FILHO, 2002);
- Organizações privadas autônomas, não voltadas à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, atendendo propósitos públicos (SALAMON, 1998).

Importante torna-se destacar as diferenças entre os termos citados no primeiro parágrafo deste tópico – organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, organização público não-estatal, setor filantrópico, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e organização do Terceiro Setor – relacionam-se com o lugar sócio histórico onde foram elaborados, sendo a influência política e cultural do contexto norte americano o grande causador da banalização do uso do termo terceiro setor (FRANÇA FILHO, 2002).

3.2 Convergências e divergências com Empreendedorismo Social

Diante de todo o exposto até o momento, é possível verificar semelhanças entre empreendedorismo social e organizações do terceiro setor, sendo a principal delas o enfoque social que ambas apresentam. Assim como o empreendedorismo social, cujo propósito não é criação de lucro (MARTIN; OSBERG, 2007) e se destina a beneficiar um segmento da sociedade sem buscar a maximização de lucros individuais nem

tampouco avaliar as atividades humanas com base apenas nos negócios (TAM; WILLIAMS; TAN, 2005), o terceiro setor também não têm por finalidade a obtenção de lucros (GIMENES; MAZZEI, 2008), se caracterizando pelo valor não econômico (SOARES, 2008) e apresentando como finalidade ajudar o cidadão (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2003).

Semelhança entre os dois campos também é pontuada nas palavras de Di Domenico, Haugh e Tracey (2010), os quais acreditam que o surgimento do empreendedorismo social se deve a falta de capacidade ou negligência por parte dos governos dos países em atender as necessidades das classes sociais menos favorecidas, surgindo tal fenômeno em meio às falhas das instituições governamentais das sociedades contemporâneas (PARENTE et al, 2011). Mesma visão é apontada por França Filho (2002) no tocante ao terceiro setor, sendo o papel deste o de preencher as lacunas deixadas pelo Estado e também pelo mercado na satisfação das necessidades da sociedade.

No entanto, diferenças também podem ser destacadas entre o empreendedorismo social e o Terceiro Setor; dentre elas, tem-se a questão da forma jurídica. Enquanto que as organizações do terceiro setor necessitam de constituição legal para agirem, o empreendedorismo social não carece de tal obrigação. Tal afirmação tem respaldo em Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006), quando ressaltam que o empreendedorismo social não é definido pela forma jurídica, uma vez que pode ser perseguido através de vários outros veículos. Assim sendo, é possível entender o terceiro setor como necessitado de formalização, inclusive para fins de obtenção de recursos, como aponta Espírito Santo (2004) ao citar que o Brasil investe 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) no Terceiro Setor.

Diante desta formalização, surgem outras duas diferenças entre as áreas estudadas neste trabalho. Uma vez que as organizações do Terceiro Setor apresentam forma jurídica, parcerias entre estas e os governos (tanto no âmbito estadual como no federal) podem vir a se concretizar. Espírito Santo (2004) coloca que o governo brasileiro tem buscado mecanismos para normatizar as ações desse Setor, criar parcerias entre o poder público e o terceiro setor e, além disso, promover também contratos de gestão, ou seja, organizações do terceiro setor passam a atuar na administração de instituições do Estado. Nesse sentido, é exemplo dos dizeres anteriores as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), advindas graças à Lei n.º 9790/99: empresas de direito privado sem fins lucrativos que atuam no campo do Terceiro Setor,

podendo vir a beneficiar-se de recursos públicos. Com isso, é possível inferir que o empreendedorismo social detem uma atuação mais local do que o Terceiro Setor, de cunho mais global, isto é, envolvendo uma área maior de atuação.

4 Ação Social

Uma das razões da dificuldade em definir e delimitar o empreendedorismo social é compreender a ação, objetivos, motivações e os anseios que leva o empreendedor social a criação de valor social. Inicialmente, o maior desafio para a compreensão do empreendedorismo social consiste em definir os limites do que se entende por ‘social’, afirma Mair e Marti (2006). À primeira vista, enquanto o objetivo fim do empreendedorismo comercial é lucro ou o retorno financeiro, o empreendedorismo social é uma expressão de altruísmo, afirmam Mair e Marti (2006). No entanto, os autores Mair e Marti (2006) ressaltam que apesar dessa ser uma característica prevaiente no empreendedor social, podem existir outros motivos menos altruístas como, por exemplo, a realização pessoal.

Na verdade, para Mair e Marti (2006) ação social dos empreendedores está voltada para a utilização de forma criativa dos recursos. O empreendedorismo social age como um catalisador da transformação social para atender às necessidades sociais, mas o seu foco principal é o valor social ou a ação na criação de valor social, tendo o valor econômico apenas condição necessária para sustentar a viabilidade financeira do empreendimento (MAIR; MARTI, 2006). Para Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) a ação de criar valor social tem como finalidade melhorar a sociedade por meio da remoção de barreiras para o desenvolvimento da inclusão social e assistência aos necessitados, com o intuito de amenizar os efeitos colaterais indesejáveis.

Um fator importante na criação do valor social ou ação social é a compaixão, caracterizada pela preocupação com o outro (MILLER et al, 2012). Por causa disso a compaixão acaba servindo como uma motivação ‘pró-social’ em comparação a outras motivações pessoais. Muitas pesquisas são realizadas com o intuito de diferenciar o empreendedorismo social de outras formas de organização, no entanto grande maioria negligencia a importância dos antecedentes motivacionais (MILLER et al, 2012). Mas para os autores, a compaixão ou a preocupação com aqueles que estão sofrendo atua como o principal motivador pró-sociedade para a prática da ação social.

Para tanto, segundo os autores Miller et al (2012), como resultado dessa preocupação, os empreendedores sociais irão trabalhar para reduzir ou pelo menos

amenizar esse sofrimento das pessoas como uma forma de aliviar o seu próprio sofrimento. Essa compaixão, na visão dos autores, pode influenciar na forma que os indivíduos buscam e avaliam as informações sobre como resolver um problema social, causando uma grande receptividade a diferentes informações e facilitando na combinação de novas ideias, permitindo uma abertura para novas oportunidades. Além disso, a compaixão influencia na persistência na busca de resolver um problema e na vontade de continuar na causa mesmo tendo um retorno negativo (MILLER et al, 2012).

Em contrapartida, Miller et al (2012) alerta que as emoções em ajudar as pessoas podem acabar influenciando ou distorcendo a avaliação das informações e oportunidades, contribuindo para riscos potenciais na abertura de um novo negócio. Logo, os autores argumentam que altos índices de compromisso com o sofrimento alheio aumentam as chances de engajar-se no empreendedorismo social (MILLER et al, 2012). Portanto, de acordo com Miller et al (2012); Mair e Marti (2006); Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) e Tan; Williams; Tan (2005) a ação social dentro do empreendedorismo social acontece por meio da ação do empreendedor que através da criação do valor social preenche alguma deficiência ou lacuna existente na sociedade, negligenciada pelo Estado.

Para Salamon (1998), a ação no terceiro setor reflete um conjunto de mudanças sociais e tecnológicas, formulada sobre a contínua crise de confiança na capacidade do Estado. Já para Oliveira (2005) a ação social nas organizações do terceiro setor surge a partir do objetivo de promover o desenvolvimento humano e sustentável, o qual envolve as áreas ambiental, social, econômica, política e cultural. Para Oliveira e Junqueira (2003) a ação social no terceiro setor existe com o objetivo de ajudar o cidadão a atuar responsabilmente no futuro da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e abrindo espaços para o exercício e defesa dos direitos da cidadania.

Dessa forma, a ação social pode ser comparada com um instrumento para o cidadão exercer seu direito de “acesso à saúde, educação, meio ambiente, habitação, planejamento urbano, progresso social, segurança, direitos humanos e cultura” (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2003, p. 236). Destarte, nota-se que a ação social nas organizações do terceiro setor veio para suprir as necessidades da população não atendida pelo Estado, mas principalmente vem atuando no sentido de cumprir um outro papel importante, a geração de trabalho, afirma Gimenes e Mazzei (2008).

Considerações Finais

Baseado no objetivo proposto no início deste artigo, os antecedentes e definições do empreendedorismo social foram apresentados, trazendo à tona a perspectiva de diferentes autores no campo de estudos. Além da definição do que seria o empreendedorismo social e sua distinção do empresarial e a responsabilidade social, outro campo que também foi explorado diz respeito às organizações do terceiro setor, tendo sido realizada uma conceitualização sobre o assunto, expondo os pontos de vista de diversos estudiosos da área, além das divergências e convergências com o empreendedorismo social e também a ação social presente nos dois campos de estudos trabalhados neste artigo.

Como semelhanças entre os dois campos, destacam-se o objetivo fim não ser a maximização de lucro e o surgimento de ambos ter-se dado em resposta a uma necessidade social não atendida por parte dos governos. No tocante às divergências entre os campos, destacam-se a forma jurídica presente nas organizações do terceiro setor, ao passo que estas necessitam de constituição legal para agirem, o empreendedorismo social não carece de tal obrigação; com isso, o surgimento de parcerias entre governo e tais organizações, bem como contratos de gestão (organizações do terceiro setor passam a atuar na administração de instituições do Estado) são possíveis.

Merece atenção a aparente maior ligação entre os agentes e a ação social do empreendedorismo social do que é visível nas organizações do terceiro setor, havendo maior envolvimento pessoal e emocional na ação social do campo social do que na do terceiro setor. Assim, conclui-se que o empreendedorismo social carrega uma forte influência do papel empreendedor, suas emoções e motivações, no qual uma das razões da atuação do empreendedor social é porque ele também está inserido ou possui identificação com o problema social. Por outro lado, as ações das organizações do terceiro setor na maioria das vezes estão direcionadas ao desenvolvimento de ações de políticas públicas, envolvendo maior formalidade e institucionalização.

Quanto às dificuldades na elaboração deste ensaio (limitações), destacam-se a dificuldade no aprofundamento da diferenciação da ação social do empreendedorismo social em relação à ação social das organizações do terceiro setor e a escassez de trabalhos que reforcem nitidamente tal distinção entre os dois campos, podendo pesquisas futuras virem a contribuir com mais estudos nesta área a fim de aprofundar a discussão acerca de tais diferenças.

Referências

ALVES, M. A. Terceiro Setor: as origens do conceito. In: ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002, p. 1-15.

ASHOKA. **Empreendedorismo Social**. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/visao/empreendedorismosocial/>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship Theory and Practice (ETP)**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6520.2006.00107.x/pdf>>. Acesso em: 11 maio 2013.

BOSE, M.; GODÓI-DE-SOUZA, E. Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Social: desafios e oportunidades. In: ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 6., 2012. **Anais...** São Paulo, 2012, p. 1-18. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/107.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

BRASIL. Lei n.º 9.790, de 23 de Março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 24 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 8 jun. 2013.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. 2. Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=G5YhtMYXT70C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 1 jun. 2013.

DACIN, P. A.; DACIN, T. M.; MATEAR, M. Social Entrepreneurship: why we don't need a new theory and how we move forward from here. **Academy of Management Perspectives**, v. 24, n. 3, p. 37-57, 2010.

DACIN, M. T.; DACIN, P. A.; TRACEY, P. Social Entrepreneurship: a critique and future directions. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1203-1213, 2011.

DEES, J. G. **The Meaning of "Social Entrepreneurship"**. 2001. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>. Acesso em: 28 maio 2013.

DI DOMENICO, M., HAUGH, H.; TRACEY, P. Social Bricolage: theorizing social value creation in social enterprises. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 34, p. 681-703, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6520.2010.00370.x/full>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. **Terceiro Setor: Fundações e entidades de**

interesse social. v. 4, Coleção do Averso ao Direito. Vitória: CEAF, 2004. Disponível em: <<http://www.mpes.gov.br/anexos/conteudo/207715537592006.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro setor, Economia social, Economia solidária e Economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

GIMENES, É. R.; MAZZEI, B. B. Terceiro setor: ações da sociedade civil em prol do desenvolvimento social brasileiro. **Caderno de Administração**, v. 16, n. 2, p. 3-12, 2008.

GODÓI-DE-SOUSA, E. **O processo sucessório em associações produtivas no Brasil: estrutura, desafios e oportunidades**. 2010. 218f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05012011-110923/pt-br.php>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

KISTRUCK, G. M.; BEAMISH, P. W. The interplay of form, structure, and embeddedness in Social Intrapreneurship. **Entrepreneurship Theory and Practice (ETP)**, v. 34, n. 4, p. 735-761, 2010.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997

MACHADO, A. C. M.; FRANCISCONI, K.; CHAERKI, S. F. Mapeando Organizações do Terceiro Setor sob à luz da estratégia: aproximações e relações teóricas do campo. In: SEMEAD - Seminários em Administração FEA-USP, 10., 2007, **Anais...** São Paulo, 2007, p. 1-16. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=159>. Acesso em: 21 maio 2013.

MAIR, J.; MARTI, I. **Social entrepreneurship: what are we talking about? A framework for future research**. Barcelona: IESE Business School Working Paper No. 546, 2004.

_____. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. **Journal of World Business**, n. 41, p. 36-44, 2006.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MILLER, T. L et al. Venturing for others with heart and head: how compassion encourages social entrepreneurship. **Academy of Management Review**. v. 37, n. 4, p. 616-640, 2012.

MORT, G. S.; WEERAWARDENA, J.; CARNEGIE, K. Social Entrepreneurship: towards conceptualization. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, v. 8, n. 1, p. 76-88, 2003.

NICHOLLS, A. **The legitimacy of Social Entrepreneurship**: reflexive isomorphism and pré-paradigmatic field. **Entrepreneurship Theory and Practice (ETP)**, v. 34, n. 4, p. 611-633, July 2010.

_____. (ed.). **Social Entrepreneurship**: new models of sustainable social change, Oxford: Oxford University Press, 2006.

OLIVEIRA, W. F. de; JUNQUEIRA, L. A. P. Questões estratégicas na reforma sanitária: o desenvolvimento do terceiro setor. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 2, p. 227-241, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6485>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.

OLIVEIRA, S. B. de. **Ação Social e Terceiro Setor no Brasil**. 2005. 151f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Oliveira%20SB_Acao%20Social%20e%20Terceiro%20Setor%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2013.

PARENTE, C. et al. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO EMPREGO E COESÃO SOCIAL: DA CRISE DE REGULAÇÃO À HEGEMONIA DA GLOBALIZAÇÃO, 14., **Anais...** Lisboa, 2011.

ROSSONI, L. ONOZATO, E. HOROCHOVSKI, R. R. O terceiro setor e o empreendedorismo social: explorando as particularidades da atividade empreendedora com finalidade social no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXX., **Anais...** Salvador, 2006. CD-ROM.

RUFINO, M. P. No encaço da luta cidadã. **Revista Cadernos de Campo da USP**, São Paulo, n. 4, p. 165-173, 1994. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50748/54854>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=158>. Acesso em: 8 jun. 2013.

SANTOS, L. M. L.; GALLELI, B. O ensino de Empreendedorismo Social nos cursos de administração das universidades públicas brasileiras. **Revista de Administração Pública e Gestão Pessoal (APGS)**, Viçosa, v. 5, n. 2, p. 153-173, 2013.

SASSMANNSHAUSEN, S. P.; VOLKANN, C. **A Bibliometric Based Review on Social Entrepreneurship and its Establishment as a Field Research**. Schumpeter School of Business and Economics, University of Wuppertal, Germany, n. 3, 2013.

- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SHAW, E.; CARTER, S. Social entrepreneurship: theoretical antecedents and empirical analysis of entrepreneurial processes and outcomes. **Journal of Small Business and Enterprises Development**, v. 14, n. 3, p. 418-434, 2007.
- SMITH, I. H.; WOODWORTH, W. Developing Social Entrepreneurs and Social Innovators: a social identity and self-efficacy approach. **Academy of Management Learning & Education**, v. 11, n. 3, p. 390–407, 2012.
- SOARES, A. C. A. A. **Desafios gerenciais de organizações do terceiro setor de Belo Horizonte na percepção de seus gerentes**. 2008. 178f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/170820091410133249.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2013.
- _____.; MELO, M. C. de O. L. Gestão do Terceiro Setor: uma prática social? **Revista de Gestão da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-11, jan./mar. 2010. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rege/article/download/36690/39411>. Acesso em: 26 maio 2013.
- TAN, W.-L.; WILLIAMS, J.; TAN, T.-M. Defining the ‘Social’ in ‘Social Entrepreneurship’: altruism and entrepreneurship. **International Entrepreneurship and Management Journal**, n. 1, p. 353-365, 2005.
- THOMPSON, J. L. Social enterprise and social entrepreneurship: where have we reached? A summary of issues and discussion points. **Social Entrepreneurship Journal**, v. 4, n. 2, p. 149-161, 2008.
- TRIVEDI, C.; STOKOLS, D. Social Enterprises and Corporates Enterprises: fundamental differences and defining features. **The Journal of Entrepreneurship**, v. 20, n. 1, p. 1-32, 2011.
- ZEN, A. C.; FRACASSO, E. M. Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo *empreendedor*. **RAM – Revista de Administração de Mackenzie**, v. 9, n. 8, p. 135-150, 2008. Edição Especial. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/213/213>>. Acesso em: 5 maio 2013.